



VOTO

PROCESSO: 00058.014455/2024-22

RELATOR: TIAGO SOUSA PEREIRA

1. DA COMPETÊNCIA

1.1. A Lei n.º 11.182, de 27 de setembro de 2005, conferiu competência à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para regular e fiscalizar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, bem como conceder ou autorizar a exploração da infraestrutura aeroportuária, no todo ou em parte, e estabelecer o regime tarifário da exploração dessa infraestrutura. É o que preconiza o art. 8º, incisos XXI, XXIV e XXV.

1.2. Por sua vez, conforme estabelecido no art. 41, inciso I, alínea “I”, e no inciso VII, do Regimento Interno da ANAC, aprovado pela Resolução n.º 381, de 14 de junho de 2016, compete à Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos – SRA a proposição de atos normativos referentes à outorga e exploração da infraestrutura aeroportuária concedida, bem como a gestão dos contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária.

1.3. Assim, visto que o presente processo trata de objeto afeto à gestão dos contratos de concessão, coube à SRA empreender os necessários estudos para proposição da Revisão dos Parâmetros da Concessão – RPC, conforme previsto nos respectivos Contratos de Concessão. Dessa forma, fica evidente que o encaminhamento feito pela área técnica está revestido do devido amparo legal.

1.4. Por sua vez, conforme disposto no Regimento Interno da ANAC, art. 9º, *caput*, compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir em instância administrativa final as matérias de competência da Agência.

1.5. Pelo exposto, restam atendidos os requisitos de competência quanto à elaboração da proposta, deliberação e decisão sobre o ato normativo.

2. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. De partida, relembro que os contratos de concessão de aeroportos praticados no âmbito da ANAC são de prazos extensos e de prestação de serviços de naturezas complexas, de forma que trazem consigo mecanismos de reajuste e de revisão para preservar os respectivos equilíbrios econômico-financeiros.

2.2. Entre tais mecanismos, encontra-se o Fator X, fator de produtividade, cujo objetivo precípua é aplicar aos reajustes tarifários os ganhos de produtividade e eficiência eventualmente verificados, de forma a compartilhá-los com os usuários.

2.3. A revisão de tal fator ocorre durante as RPC (Revisão dos Parâmetros da Concessão), mecanismo de revisão ordinária e periodicidade quinquenal, que busca estabelecer os Indicadores de Qualidade do Serviço e a metodologia de cálculo dos fatores X e Q a serem aplicados nos reajustes tarifários até a próxima RPC. No presente processo, ressalta-se que a discussão restringe-se tão e somente aos fatores X a serem aplicados aos tetos tarifários dos aeroportos de Confins e Galeão, a incidir nos reajustes de 2025 a 2029, e às receitas teto dos Aeroportos dos Blocos Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, a incidir nos reajustes de 2024 a 2028.

2.4. Em breve síntese, após detida análise das contribuições recebidas, a proposta de Resolução encaminhada pela SRA propõe que o cálculo do Fator X seja realizado de acordo com a fórmula paramétrica, nos termos dos contratos de concessão dos aeroportos da 6ª rodada de concessões. Desta forma, seriam considerados para as presentes RPCs os passageiros tarifados entre os anos de 2018 e 2023.

2.5. Tomo como razão de decidir a análise realizada pela área técnica, que busca a harmonização metodológica de definição do Fator X entre os aeroportos concedidos. Contudo, relembro votos anteriores deste Colegiado, em especial do Diretor Ricardo Catanant (SEI 7398011), proferido em agosto de 2022, que ressaltou a possibilidade de que as concessionárias buscassem metodologias distintas da fórmula paramétrica, incluindo a alternativa de proposta apoiada entre as partes, de forma a alcançar melhores resultados para os passageiros do que aqueles estabelecidos pelo regulador, otimizando o compartilhamento dos ganhos de produtividade dos ativos concessionados com seus usuários, finalidade precípua do fator X.

3. DO VOTO

3.1. Ante o exposto, **VOTO FAVORAVELMENTE** a proposta de metodologia para cálculo do Fator X, contida na minuta de Resolução (SEI 10506918), aplicável ao reajuste anual das tarifas praticadas pelos Aeroportos Internacionais Tancredo Neves/Confins (SBCF) e Rio de Janeiro/Galeão (SBGL), bem como dos aeroportos dos Blocos Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, nos termos apresentados pela área técnica.

É como voto.

TIAGO SOUSA PEREIRA
Diretor-Presidente Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Sousa Pereira, Diretor-Presidente, Substituto**, em 09/10/2024, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **10595282** e o código CRC **16383B9F**.